

Um presidente estarrecido

Nunca um governo recebeu tanto, de tão poucos. Nos cofres gerenciados pelo governo Fernando Henrique Cardoso entraram nada menos que US\$ 16,8 bilhões, na forma de arrecadação tributária, nos últimos dois meses.

É recorde absoluto. Isso significa que, entre o café da manhã e o jantar de cada dia do presidente, um bolo de US\$ 280 milhões voou dos bolsos dos poucos contribuintes que pagam impostos para o fundo do Erário.

Fernando Henrique, porém, está perplexo. Ou melhor, estarrecido — como disse em entrevista à repórter Adriana Vasconcellos, de *O Globo*, na semana passada: a folha salarial da administração pública federal (onde não se incluem as estatais) vai ultrapassar o custo anual de US\$ 40 bilhões, até 1996. O paradoxo é que a massa de servidores públicos continua mal remunerada.

Se o presidente se diz chocado e preocupado com a disponibilidade de recursos governamentais no futuro imediato (prevê-se que, no máximo, daria de US\$ 8 bilhões livres para investimento no ano que vem), como estariam os con-



Grave é o silêncio sobre a dívida interna, epicentro do terremoto

tribuintes?

Eles estão entregando ao governo uma montanha de dinheiro, todos os dias. Pagam, cada vez mais, por serviços públicos a cada dia mais insatisfatórios, para dizer o mínimo. E ainda são submetidos a uma chuva de promessas governamentais sobre redução de gastos no setor público.

Tais promessas não são uma exclusividade do atual governo. A cena é antiga. A diferença, talvez, esteja no

fato de que nos últimos sete meses elas tenham sido repetidas todos os dias, no ritual de orações ao deus mercado.

O quadro sugere uma questão óbvia, como sempre crucial: para onde está indo o dinheiro que o governo arrecada? Seria legítima a expectativa dos cidadãos de que o governo, oferecendo serviços públicos tão pouco qualificados, ao menos se mostrasse voltado para investir em algo relevante ao futuro da sociedade.

Que estivesse, por exemplo, no papel de árbitro, recolhendo e transferindo recursos públicos da minoria que tem para os dois terços da população que não têm renda suficiente para participar do mercado consumidor.

Nas sociedades ditas civilizadas, a massa pobre, submetida a um mercado de trabalho cada vez mais restrito e exigente, tem grande parte de sua renda proveniente não dos resultados da produção individual (gradualmente reduzida pelas perversidades da modernização tecnológica), mas das transferências de recursos públicos promovidas pelo governo, via previdência, seguro social, educação gratuita e saúde pública, entre outros.

Governos taxam os que têm para dar aos que precisam não por uma questão humanitária, mas essencialmente econômica. A história recente está repleta de exemplos de que o sucesso na expansão econômica de um País começa na eliminação das fronteiras internas. Não as geográficas, mas as sociais. Sabe-se que é nessa área onde os governos costumam jogar um papel decisivo. Porque é da natureza da função do Estado, nesse caso insubstituível pelo mercado.

O drama do governo Fernando Henrique Cardoso está na raiz da manifestação do estupor presidencial: é a dimensão da sua impotência, constatada pelo próprio presidente e radiografada na boca do Erário.

De cada US\$ 10,00 que o governo recolhe na praça, transfere US\$ 6,5 para a ciranda financeira, na forma de juros sobre a dívida pública acumulada.

Ou seja, recolhe muito entre os

poucos que pagam impostos e, em vez de transferir para quem precisa (de saúde, segurança, educação, previdência, seguridade social e serviços públicos em geral), premia cada vez mais quem tem dinheiro para emprestar ao governo.

Como suas necessidades de empréstimos aumentam todo dia, a cada novo arranjo financeiro sobem os custos — o prêmio que oferece ao emprestador.

O País vive uma cena exdrúxula. O presidente se diz estarrecido com o custo da folha salarial que governa. E, ao mesmo tempo, registra-se o júbilo de integrantes da área econômica governamental com a "redução" (de 60% para 58% ao ano) de uma das principais taxas de juro.

Parece haver algo muito estranho no governo. Porque é inacreditável que, um ex-ministro da Fazenda, agora presidente da República, não tenha percebido antes o quanto sua folha salarial está escandalosamente alta, embora os funcionários públicos, na média, recebam salários muito baixos.

Mais grave ainda é o silêncio de todo o governo sobre o escândalo maior, o do conluio da dívida pública interna, epicentro do terremoto nas finanças governamentais. Ele sugere um futuro indesejável, sob todos os aspectos: a extensão do ciclo de governos viciados na ciranda financeira.